

V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE

O mundo empresarial e a questão social

Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

Mesa Redonda: 03 – Grupos Econômicos e poder político

Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados (*)

Ary Cesar Minella

Dr. em Estudos Latino-americanos.
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

O trabalho apresenta alguns aspectos conceituais dos grupos econômicos e, considerando a reestruturação financeira ocorrida no Brasil na década de 1990 e as características mais gerais do crédito, traça um perfil dos dez maiores bancos privados a partir de indicadores econômicos como o controle sobre as operações de crédito, a participação na dívida pública interna e a constituição enquanto grupo financeiro; entre os indicadores sociopolíticos, considera-se especialmente a participação na estrutura de representação de classe do empresariado financeiro, a atuação política a partir do financiamento de campanhas eleitorais e a ocupação de cargos em órgãos estratégicos do Estado. Busca, assim, verificar em que medida tais bancos podem ser caracterizados de forma mais ampla, em termos econômicos, históricos e sociopolíticos.

(*) Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa "América Latina: uma visão sociopolítica das transformações e das perspectivas do sistema financeiro (III etapa)", realizado com apoio do CNPq. Endereço do autor: minella @matrix.com.br.

1. Introdução

As considerações que trago para o debate procuram responder a questão de como analisar as instituições financeiras atualmente. Serão elas apenas intermediárias financeiras que se beneficiam de políticas econômicas que lhes são francamente favoráveis no contexto da chamada globalização financeira? Ou se constituem como conglomerados que atuam em diversos segmentos do sistema financeiro e, além disso, se integram a núcleos que agregam empresas que atuam em diversos setores da economia, constituindo grupos econômicos ou grupos financeiros, cujos interesses e vínculos se estendem também para uma diversificada gama de interesses sociais, culturais e políticos? Para responder a estas questões, o trabalho apresenta os seguintes passos: uma breve revisão conceitual em relação aos grupos econômicos, uma descrição da reestruturação bancária ocorrida no Brasil a partir de meados dos anos 1990, as características do crédito no país e finalmente identifica os dez maiores bancos privados credores, tomando como referência o ano de 200, e apresenta as características mais gerais dessas instituições em termos de um perfil econômico e sociopolítico.

2. Grupos econômicos

Segundo alguns autores, embora a existência dos grupos econômicos se apresente como um fenômeno bastante amplo e central no capitalismo contemporâneo, tem recebido uma atenção ainda insuficiente por parte das ciências sociais (GRANOVETTER, 1994; GONÇALVES, 1991).¹ A partir dos anos noventa parece ter se ampliado o interesse pelo tema, com vários estudos empíricos e discussões teóricas publicadas na América Latina (além de GONÇALVES, 1991, podem ser citados: COMIN et al, 1994; ALCORTA, 1992; PORTUGAL JUNIOR, 1994; STOLOVICH, 1993, 1995; SCHVARZER, 1995; AZPIAZU, BASUALDO, KHAVOSSE, 1989; BASUALDO, 2002). No caso brasileiro, a retomada de estudos sobre os grupos econômicos leva a uma melhor compreensão da dinâmica econômica e política no período (COMIN et al, 1994).

Embora existam algumas divergências conceituais e dificuldades operacionais nos procedimentos empíricos de análise, em termos gerais têm-se destacado dois aspectos: primeiro, a importância dos grupos, tanto como agentes privilegiados das operações

¹ O fenômeno recebe diferentes denominações: Grupo Econômico (América Latina), Zaibatsu depois keiretsu (Japão), Chaebol (Coreia do Sul), *Twenty-two families* (Paquistão), *Indian business house* (Índia), *Business Group* (Inglaterra) (GRANOVETTER, 1994).

econômicas em esfera global, quanto por sua influência ou potencial de influência direta e indireta sobre as políticas governamentais e, segundo, seu papel no mundo do entretenimento e da cultura, constituindo-se como grandes artífices da cultura mundial no final do século XX (ORTIZ, 1994, p.147-182).

Gonçalves define grupo econômico como um “conjunto de empresas que, ainda que juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas” (GONÇALVES,1991, p. 494).

Uma ampla pesquisa bibliográfica realizada no Brasil durante os anos noventa, e que repassa as diversas concepções e tendências da literatura sobre o tema, também enfatiza a questão da propriedade na constituição do grupo econômico (PORTUGAL JUNIOR, 1994). Os proprietários detêm um poder ativo, (quando exercem cargos administrativos e executivos) ou latente (quando não são membros integrantes da direção do grupo). A propriedade do capital atua como mecanismo ou instrumento de controle e como lócus de controle pois, através da propriedade se exerce o poder. “O grupo econômico é, então, um lócus de acumulação de capital e um lócus de poder” (GONÇALVES,1991, p.494).

Portugal Jr observa que “pela tradição marxista, o grupo econômico é produto específico do desenvolvimento capitalista contemporâneo” (1994, p.16) e se define por “intenso processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas”. Os grupos econômicos são o topo de uma estrutura bastante concentrada, de qualquer ponto de vista (1994, p. 18).

Assim “o grupo econômico expressa relações de força e de poder, em torno das quais se movimentam indivíduos, classes, grupos sociais de um modo geral, formando redes de solidariedade e campos de conflito. Em seu interior, está expressa uma diversidade de interesses – de acionistas, gerentes e trabalhadores – frente aos recursos que precisam ser organizados e hierarquizados” (PORTUGAL JUNIOR, 1994, p. 17).

Segundo este autor, alguns aspectos são essenciais para definir grupo econômico, como o controle e poder centralizado, atuação produtiva e financeira de grande porte e

complexidade, estrutura produtiva diversificada e descentralizada e o aspecto fundamental é a existência de um centro comum de decisão responsável pela tomada de decisões estratégicas do grupo econômico. “O grupo deve ser entendido como um locus de acumulação que detém grande poder econômico e financeiro e se subordina a um centro de controle estratégico único. Essa é sua característica básica e imutável” (PORTUGAL JUNIOR, 1994, p. 25).

Embora reconheça uma certa arbitrariedade na definição do que é um grupo econômico, Granovetter (1994) tende a defini-lo de uma forma mais ampla, como um conjunto de empresas conectadas ou unificadas de algum modo formal ou informal. As conexões incluídas na definição são de diversas naturezas, mas excluem, num extremo, aquelas resultantes de alianças estratégicas de curto prazo e no outro um grupo de firmas legalmente consolidadas em uma única. O autor considera a existência de grupos econômicos com uma ampla diversidade de formas de constituição, organização, grau de estabilidade e natureza das conexões que estabelecem entre as empresas. Em geral, no grupo existem laços pessoais e operacionais entre as empresas.

Algumas análises coincidem ao enfatizar o estudo dos grupos econômicos para estabelecer a conexão entre a dimensão micro e a macro. Assim, enquanto a microeconomia coloca seu foco analítico na empresa e a macroeconômica enfatiza os agregados econômicos, o estudo sobre os grupos econômicos constituiria uma mesoeconomia (COMIN et al,1994; GRANOVETTER, 1994).

É necessário reconhecer que existe uma ampla variedade de tipos de grupos econômicos, que se caracterizam por diferentes tipos de propriedade. Alguns grupos são controlados por indivíduos ou família ou conjunto de famílias relacionadas, de forma direta ou indireta.² Em outros casos, podem ser mantidos de forma indireta através de sucessivas participações acionárias ou através de holdings.³ Como sugere Granovetter (1994), acordos e participações acionárias cruzadas podem ganhar uma estrutura extremamente complexa, envolvendo várias empresas, articuladas por redes de diretorias cruzadas. Os grupos

² Granovetter (1994) cita como exemplo o chaebol Sul Coreano tal como Hyundai. Esta forma centralizada pode ser associada a grupos altamente conhecidos mas também com grupos menores e menos conhecidos e que não aparecem nas estatísticas oficiais, como foi constatado na França.

³ Granovetter (1994) cita os grupos econômicos mexicanos como exemplo da via holding.

japoneses apresentam algumas peculiaridades em termos dos relacionamentos acionários mútuos.

Um elemento distintivo dos grupos econômicos é a existência de solidariedade social e estrutura social entre as firmas componentes que se estabelece a partir de fatores como parentesco, etnicidade, partido político, religião e região (GRANOVETTER, 1994, p. 462-463). O parentesco é um elemento básico, por exemplo, para os grupos coreanos (chaebol). Em países em que os empresários pertencem a uma minoria étnica, esta condição pode atuar como elemento de solidariedade (chineses na Tailândia, palestinos em Honduras, lituanos no Brasil). Outras vezes há uma combinação de região e etnicidade (cubanos em Miami). A formação de redes transcorporativas (diretorias cruzadas) também constitui um tipo de solidariedade, que tem sido amplamente estudado na literatura, embora ainda existam divergências sobre o significado de sua atuação. Segundo Granovetter, os grupos com múltiplas bases de solidariedade têm um poder de força mais persistente na economia (1994, p. 464).

2.1. Estado e Grupos Econômicos

A relação entre políticas governamentais e os grupos econômicos envolvem muitos aspectos, tais como regulamentação e desregulamentação, políticas antitrustes, estatização, políticas industriais e tecnológicas, formas de financiamento do Estado, regulação e controle da força de trabalho (GONÇALVES, 1991, p. 494). Assim, a relação dos grupos econômicos com o Estado merece toda a atenção, não apenas em relação ao entendimento dos problemas de poder e políticas públicas mas também, como sugere Granovetter (1994), para analisar as formas, características e comportamento que os grupos assumem. Em algumas circunstâncias, o controle do aparato do Estado se encontra nos controladores de grupos econômicos (em seu tempo, Somoza na Nicarágua, família Suharto na Indonésia). Orientações gerais do Estado podem desencorajar a formação de grupos (com leis antitrustes, por exemplo) ou facilitar e encorajar (como é o caso do Japão e também da França depois da II Guerra). Em alguns países, os grupos parecem depender do suporte governamental (Coreia).

Para Granovetter (1994) o Estado joga um importante papel no sentido de regular/modelar a propriedade, a estrutura de poder e a relação dos grupos com as instituições financeiras.

O Estado tem papel coordenador forte onde os grupos estão em maior competição ou separados uns dos outros (Coréia é um caso típico). Em termos comparativos com a Coréia, no caso Japonês, ocorre um baixo nível de direção governamental e grande habilidade dos grupos japoneses em estabelecer conexões uns com os outros e negociar os problemas comuns.

Granovetter e Gonçalves enfatizam que a dinâmica da acumulação e poder dos grupos econômicos envolve um complexo conjunto de relações, internas e externas ao grupo. Assim, têm influência as políticas e estratégias de governo, a estrutura de mercado, a própria dinâmica da acumulação capitalista, o contexto político-econômico determinado. Portanto, a questão da organização e configuração dos grupos econômicos, depende não somente de fatores econômicos mas também da “interação de fatores políticos e socioculturais” (GONÇALVES,1991, p.498). Como sinaliza Portugal Junior, a partir da análise da literatura, o poder dos grupos econômicos depende também do papel assumido pelos fundos públicos na capitalização e no financiamento dos grupos; da política governamental de ciência e tecnologia (centros de pesquisa e universidades); da legislação trabalhista, das normas de proteção ao meio ambiente, das leis antitruste, das barreiras comerciais e do controle sobre acordos com outras empresas; da participação direta do Estado na atividade produtiva, a qual contribui para que órgãos paraestatais e empresas públicas se elevem enquanto grupos de pressão.

Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer o poder que os grupos têm sobre os mercados e a sociedade em geral, sua capacidade de instituir valores e se transformar assim em um instrumento político, além de controlar substantivos fluxos de capitais que lhes garante capacidade de vetar decisões de regulação pública e relativizar o poder do Estado e afetar a economia de diversos países (PORTUGAL JUNIOR, 1994, p. 55-56). Para Useem (1984), a influência de um grupo tem a ver com a “atuação dos diretores e altos executivos dos grupos econômicos como conselheiros e administradores de organizações estatais e não-governamentais, financiadores de partidos e formadores de opinião na mídia” (Apud PORTUGAL JUNIOR, 1994, p. 57).

3. Sistema Bancário no Brasil: reestruturação a partir dos anos 1990

A reestruturação do sistema bancário ocorrida no Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 1990 tem sido amplamente analisada, especialmente pela literatura econômica. Entre as características desta reestruturação, podemos destacar as seguintes (MINELLA, FERREIRA, 2006): a) o processo de centralização-concentração bancária que se acelerou no período e concentrou as operações financeiras em um número reduzido de instituições privadas e estatais; b) a abertura financeira que leva ao aumento da presença de instituições e conglomerados financeiros internacionais; c) o processo de privatização dos bancos estaduais; d) a reestruturação do trabalho bancário. A descrição do processo de reestruturação desenvolvida a seguir, embora breve, permitirá situar melhor a análise dos itens seguintes.⁴

3.1. Centralização-Concentração financeira.

O processo de reestruturação financeira dos anos 1990 iniciou um novo período de centralização-concentração financeira, revertendo a tendência derivada da liberalização de 1988. Segundo a literatura, as políticas macroeconômicas e as alterações no marco regulatório contribuíram para acelerar o processo (ROCHA, 2001; VIDOTTO, 2002; CARVALHO et.al., 2002; PAULA, MARQUES, 2004). Em síntese, a concentração estaria associada aos seguintes fatores: a) o Plano Real levou a uma drástica redução dos ganhos inflacionários obtidos pelas instituições financeiras e impulsionou uma reestruturação organizacional e patrimonial; b) a adesão ao Acordo da Basiléia⁵ em 1994, com exigência de capitalização relacionada à dimensão e composição dos ativos, entre outras implicações, induziu o sistema a um maior grau de concentração (VIDOTTO 2002, p. 137; ANDIMA, 2001); c) o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), criado pelo governo federal no contexto da crise bancária de 1995, estimulou a fusão e a incorporação de bancos;⁶ d) a privatização resultante do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

⁴ Uma interessante análise sobre a reconfiguração do espaço financeiro brasileiro e da sua relação com a cena política, a partir de uma sociologia das finanças, é desenvolvida por Grün (2004).

⁵ Resolução do Banco Central do Brasil n. 2099, de 17 de agosto de 1994. Realizado no âmbito do *Bank for International Settlements* (BIS) em 1988, o Acordo da Basiléia define o capital mínimo das instituições financeiras em função do risco de seus ativos.

⁶ O PROER foi implantado a partir de um conjunto composto pela Medida Provisória n. 1.179 e a Resolução n. 2.208, ambas de 3/11/95. A edição da Medida Provisória n. 1.182, em 17/11/95, deu ao Banco Central o aparato legal que necessitava para “conduzir o sistema financeiro a um novo modelo, outorgando-lhe o poder

(PROES)⁷, adotado em 1996, transferiu vários bancos estaduais para o controle de grandes grupos financeiros privados nacionais e internacionais; e) a abertura aos bancos estrangeiros, que ampliaram sua participação principalmente por meio da incorporação de bancos nacionais e estaduais, também fortaleceu a concentração entre os bancos nacionais como estratégia de concorrência (BARBACHAN, FONSECA, 2004, p. 7).⁸

Assim, o número de bancos múltiplos se reduziu de 210 em 1994 para 141 em dezembro de 2003, enquanto os bancos comerciais passaram de 34 para 23. O volume de ativos controlado por um número reduzido de bancos se incrementou. Em 1996, os dez maiores bancos concentravam 60% dos ativos do segmento bancário, passando a 67% em 2003⁹; já os vinte maiores passaram de 72% para 81% no mesmo período.

As implicações dessa concentração têm suscitado algum debate na literatura recente, especialmente em relação à questão da concorrência dentro do sistema (PETTERINI, JORGEN NETO, 2003)¹⁰ – acalorado pela divulgação de estudo patrocinado pelo próprio Fundo Monetário Internacional que apontou para a estrutura não competitiva do sistema bancário brasileiro como um fator explicativo da baixa e custosa intermediação financeira (BELAISCH, 2003).¹¹ Conforme a literatura, a concentração, que se intensifica a partir de 1994, ocorre no contexto mais geral do “processo de reestruturação bancária a nível mundial, que tem levado à expansão internacional de alguns conglomerados financeiros” (PAULA, MARQUES, 2004, p. 1).

Paralelo ao processo de concentração bancária, verificou-se no período um significativo crescimento de organizações financeiras, como as cooperativas de crédito e as entidades

de deixar no sistema somente as instituições que tiverem saúde, liquidez e solidez.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005a).

⁷ Medida Provisória n. 1.514, de 07/08/96. O PROES foi regulamentado em fevereiro de 1997.

⁸ Essa reação dos bancos privados nacionais (especialmente Bradesco, Itaú e Unibanco) à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de fusões e aquisições bancárias “é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil” (Paula e Marques, 2004, p. 15).

⁹ Entre os dez bancos, três eram estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa), três eram privados nacionais (Bradesco, Itaú e Safra), um associado ao capital estrangeiro (Unibanco) e três eram estrangeiros (Santander Brasil, ABN Amro e HSBC) (cf. BARBACHAN, FONSECA, 2004, p. 8). Os vinte maiores grupos bancários detinham 76% dos ativos totais do sistema em 1994, e incrementaram este controle para 88% em 2000.

¹⁰ Para uma discussão teórica sobre o tema, ver FREITAS (1997).

¹¹ Uma visão do processo de concentração sob a perspectiva dos agentes do sistema financeiro pode ser encontrada em TROSTER (2004). Em relação ao seu significado em termos de poder político e de influência sobre o processo de decisões macroeconômicas, considerando que a concentração de ativos inclui os títulos da dívida pública, ver FERREIRA (2005).

que operam com microcrédito, cuja participação nos ativos totais do sistema financeiro, embora mínima, apresentou evolução dinâmica.¹²

3.2. Os bancos estaduais: redução e privatização

A privatização dos bancos estaduais constitui uma das características fundamentais da reestruturação bancária ocorrida a partir de meados dos anos noventa, pelo que significou em termos de redução do setor público na área financeira e por seu papel na concentração bancária.¹³ As “raízes conceituais dos planos de ajuste dos bancos públicos” encontram-se nos entendimentos desenvolvidos a partir de 1985 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, visando a uma profunda redução da atuação do Estado no sistema financeiro (VIDOTTO, 2002, p. 206-207).¹⁴

Em 1996, no contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública, além da situação de crise bancária, o governo Fernando Henrique Cardoso tomou um conjunto de decisões para reduzir a presença dos bancos estaduais mediante privatização, extinção ou transformação em agência de fomento (PAULA, MARQUES, 2004, p.13; VIDOTTO, 2002, p. 229). O PROES estabeleceu três linhas principais de crédito, duas das quais voltadas para a privatização dos bancos estaduais e a terceira para garantir a tomada de seus passivos, por parte das instituições financeiras federais (VIDOTTO, 2002; DIEESE, 1999).

O programa de privatização fortaleceu os conglomerados financeiros nacionais, mas também serviu de porta de entrada para grupos financeiros internacionais e permitiu a expansão de instituições estrangeiras que já atuavam no Brasil. O Bradesco, maior banco privado no país, adquiriu as seguintes instituições: Banco do Estado da Bahia (Baneb) em

¹² Em 1993, o Banco Central registrava 877 cooperativas de crédito, número que evoluiu para 1.454 em dezembro de 2003. Apesar de a demanda por microcrédito ser estimada em pelo menos 5,8 milhões de micro e pequenos empreendedores, era servida, ao final de 2002, por menos de 183 instituições, nas modalidades jurídicas estabelecidas pela regulamentação: eram 109 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, 27 organizações não-governamentais, 16 fundos governamentais, 26 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, cinco bancos públicos e agências de fomento (MICK, 2004, p. 73). Havia também cooperativas de crédito e núcleos de moeda social envolvidos na formulação e oferta de inovações financeiras para os pobres. Para uma análise mais detalhada sobre as cooperativas de crédito ver BÚRIGO (2003 e 2005).

¹³ Outras implicações da privatização, como aquelas relacionadas ao papel dos bancos estaduais e sua articulação com políticas regionais de desenvolvimento escapam aos limites deste trabalho. Para uma análise dos bancos estaduais e do processo de privatização, ver FERREIRA, ALVIM (2001), GARMAN, LEITE, MARQUES (2001). Para uma análise detalhada do processo e que resgata a perspectiva dominante no Banco Central, ver SALVIANO JUNIOR (2004).

¹⁴ Para uma análise detalhada do processo de privatização consultar VIDOTTO (2002, p.197-241).

1999, Credireal de Minas Gerais (1997), e bancos estaduais federalizados como o Banco do Estado da Amazônia (Bea) em 2002, o Banco do Estado do Maranhão (Bem) em 2004 e o Banco do Estado do Ceará (BEC) em 2005. O Itaú, segundo no *ranking* de bancos privados, incorporou o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj)¹⁵ em 1997, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) em 1998, o Banco do Estado do Paraná (Banestado) em 2000 e, no ano seguinte, o Banco do Estado de Goiás (Beg), instituição federalizada em 1999. Para o controle de instituições estrangeiras passaram o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), incorporado pelo ABN Amro em 1998, e o Banespa, que se encontrava sob controle do governo federal e foi adquirido em 2000 pelo espanhol Santander (em cuja conta deve ser incluído também o Meridional, a partir de 1997).¹⁶ Poucas instituições financeiras permaneceram sob controle de seus respectivos estados (Nossa Caixa, em São Paulo, o Banco Regional de Brasília, no Distrito Federal, e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul). Alguns bancos ainda permanecem dentro do plano de privatização (como é o caso do Banco do Estado de Santa Catarina).

3.3. A internacionalização do sistema financeiro: maior abertura aos bancos estrangeiros.

Ao lado da privatização, uma das transformações mais relevantes no período foi o crescimento da participação das instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro do país, caracterizando um processo de desnacionalização na medida em que esta expansão se realizou especialmente pela aquisição de bancos privados nacionais e bancos estaduais.¹⁷

Em agosto de 1995, com base no artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, o presidente Fernando Henrique Cardoso definiu como de interesse do governo a

¹⁵ O Banerj foi liquidado em 1996, socializando-se seus ativos podres, enquanto uma distribuidora do grupo deu origem ao banco saneado, que foi incorporado pelo Itaú em 1997 (VIDOTTO, 2002 p. 241).

¹⁶ O banco federal Meridional fora adquirido anteriormente pelo Banco Bozano-Simonsen.

¹⁷ As incorporações realizadas pelos bancos estrangeiros foram as seguintes: HSBC: Bamerindus; Santander: Geral do Comércio, Noroeste, Meridional, Banespa; Bilbao Vizcaya: Excel-Econômico; ABN Amro: Bandepe e Real. Para uma análise mais detalhada deste processo ver especialmente FREITAS, 1999; FREITAS, PRATES, 2001; VIDOTTO, 2002, p. 151-198; CARVALHO, STUDART, ALVES Jr., 2002; CINTRA, CASTRO, 2001; PASSOS, 2001; BIANCARELI, 2003; CINTRA, 2006. Para uma análise das implicações mais amplas deste processo de internacionalização para o setor empresarial no Brasil ver BOSCHI, DINIZ, 2003; DINIZ, 2002; KIRSCHNER et al, 2002.

ampliação da presença estrangeira no sistema financeiro nacional.¹⁸ Vidotto interpreta a posição do governo a partir de um contexto que coloca em primeiro plano a situação macroeconômica e as políticas financeiras (2002, p. 163). Freitas e Prates, por sua vez, enfatizam o marco legal conferido ao capital estrangeiro e a decisão presidencial de utilizar as prerrogativas do artigo 52 como elemento explicativo essencial do processo de internacionalização a partir de 1995, sobretudo porque “veio ao encontro da estratégia dos bancos internacionais de fortalecimento de suas posições globais” (2001, p. 96-97).

Como resultado deste processo, o número de bancos estrangeiros passou de 37 em 1994 para 60 em 1998, aumentando para 70 em 2001 diminuindo para 62 em 2003. O controle sobre os ativos (considerando apenas a área bancária) passou de 8,35% em 1993 para 12,82% em 1997, alcançou 29,86% em 2001, 27,7% em 2002, declinando para 22,20% em 2003.¹⁹ Estes dados consideram os ativos bancários e não os ativos totais do sistema, o que elevaria a participação dos grupos estrangeiros: assim, a participação sobre os ativos totais em 2000 seria de 33,11% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001). Em 1995, apenas três bancos estrangeiros constavam entre os vinte maiores por ativo total; em 2002, já eram nove, número que caiu para sete em 2004.²⁰

Um detalhamento das condições macroeconômicas, do contexto internacional e das medidas governamentais adotadas a partir de 1995, relacionadas com a abertura financeira, é amplamente referido na literatura e escapa aos propósitos mais imediatos desta análise. Nossa preocupação central remete a verificar em que medida a expansão estrangeira se traduz também em participação ativa na estrutura e dinâmica da organização de classe (associações, federações e confederações) do sistema financeiro, como veremos mais adiante.

3.4. Reestruturação do trabalho bancário

A reestruturação do sistema financeiro dos anos noventa afetou profundamente o trabalho bancário e, ao mesmo tempo, encontrou nesta transformação do trabalho um elemento

¹⁸ Segundo a Exposição de Motivos n. 311 do Ministério da Fazenda, aprovada pelo Presidente da República, a entrada de instituições financeiras estrangeiras passou a ser analisada caso a caso (PAULA, MARQUES, 2004, p. 14).

¹⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL (2003, p. 77), para os anos 2001-2003; dados do Banco Central, apud PAULA, MARQUES (2004) para os demais anos.

²⁰ A partir de 2002 observa-se certa retração da expansão dos bancos estrangeiros na América Latina. Exemplos disso no Brasil são o Sudameris, que realizou negociações com o Banco Itaú mas acabou

importante de sua própria sustentação. Inovações tecnológicas, mudanças organizacionais e concentração bancária foram elementos decisivos que levaram à demissão massiva de trabalhadores, reduzindo a menos da metade o número de bancários em pouco mais de uma década.²¹ Como resultado, ocorreu uma expressiva transformação em relação aos ativos por trabalhador bancário, passando de R\$500 mil em 1994 para R\$1,6 milhão em 2000, o que representa um aumento real de 93%. Mas este aumento é mais expressivo para os bancos privados nacionais, que alcançou R\$ 1,8 milhão em 2000. Nos bancos estrangeiros, esta relação passou de R\$1,5 milhão para R\$ 2,2 milhões no mesmo período (ANDIMA, 2001, p. 64-65).

As novas políticas e processos de gestão incluíram a intensa adoção da terceirização, de Programas de Qualidade Total, de planos de demissão voluntária – principalmente aplicados em bancos estatais²² – e de incentivo à aposentadoria. Além disso, introduziram-se novas formas de remuneração variável, vinculadas ao desempenho individualizado, de treinamento do trabalho e de comunicação com os bancários (JUNCKES, 2004, p. 146, 160; JINKINGS, 2002; DRUCK et al., 2002, p. 219-221; LARANJEIRA, FERREIRA, 2000, p. 54, 81; GRISCI, 2002, p. 4).

As mudanças no trabalho bancário passaram a enfatizar a “área negocial”, exigindo um “profissional com mais conhecimento de mercado, de produtos financeiros, de recursos de informática, de estratégias de venda e com mais iniciativa em termos de desempenho” (LARANJEIRA, FERREIRA, 2000, p. 70). A oferta de novos produtos bancários transformou o bancário em vendedor (JINKINGS, 2002, p.78, 179) e estimulou uma cultura que impõe ao trabalhador “uma competição interna para garantir seu posto ou para ascender dentro da organização” (LARANJEIRA, FERREIRA, 2000, p. 70, 71-72).

As formas de gestão territorial que resultam da desnacionalização teriam provocado, segundo sugere JUNCKES (2004, p. 161, 165), “a realocação dos referenciais territoriais

comprado por outro banco estrangeiro (ABN Amro), e a aquisição do Banco Bilbao Vizcaya por parte do Bradesco em 2003.

²¹ Entre 1989 e 2001, o número de trabalhadores bancários passou de 802.451 para 390.986 (JUNCKES, 2004, p. 174). Uma análise mais detalhada deste processo encontra-se em JINKINGS (2002) e LARANJEIRA, FERREIRA (2000).

²² Em 1995, o Banco do Brasil adotou um plano de ajustes, incluindo um Programa de Desligamento Voluntário (PDV) – popularizado como “programa de demissão voluntária” –, ao qual aderiram 13.500 funcionários. Segundo Rodrigues, a implantação deste programa se revelou um processo conflituoso, “marcado por denúncias quanto ao seu caráter discriminatório, pressão sobre os funcionários, irregularidades na condução do processo, adoção de medidas paralelas que acentuavam a crise, ameaças de demissão compulsória e ausência de diálogo ou negociação” (2004, p. 19, 20). Sobre o tema ver também JINKINGS (2002, p. 84-90).

para o âmbito corporativo e a sujeição aos ditames verticalizados da mundialização financeira”, levando uma parcela crescente de bancários a uma “recomposição nas referências espaciais de identidade” (o número de trabalhadores em bancos estrangeiros evoluiu de 1,5% em 1994 para 18% em 2002).

A reestruturação financeira também constrangeu a organização dos bancários, que ao longo dos anos 1980 haviam construído um forte e organizado movimento sindical em âmbito nacional (DRUCK et al., 2002, p. 224). A redução e as mudanças na base de trabalhadores afetaram de forma desigual os grandes e os pequenos sindicatos, levando as entidades menores a condições críticas de sobrevivência. Ao mesmo tempo, o movimento sindical se defrontou com uma dificuldade maior para definir suas estratégias de organização e atuação dentro de um sistema financeiro reconfigurado.²³

4. Crédito no Brasil

Como passo preliminar a uma análise do perfil dos maiores bancos credores, apresentamos de forma bastante sumária algumas das principais características e tendências do crédito no Brasil no final do século XX.

4.1. Relação operações de crédito e Produto Interno Bruto (PIB)

Um dos aspectos discutidos na literatura econômica atualmente se refere ao baixo volume de crédito (“estoque de crédito”) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), ao contrário do que ocorre em outras economias capitalistas. a relação operações de crédito/PIB girou em torno de 28% no final do século XX: 28% em 1998; 27,2% em 1999; 28% em 2000 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999, 2000, 2001).²⁴

4.2 Participação dos bancos públicos e bancos privados.

Uma das tendências apresentadas pelo sistema financeiro brasileiro nos últimos anos, é o decréscimo da participação do sistema financeiro público nas operações de crédito que passou de 65% em 1988 para 58% em 1994 e 37% em 2002 (JACOB, 2003, p. 22).

²³ Uma análise das transformações da organização e do movimento sindical escapa ao alcance deste trabalho. Para o tema, ver especialmente JUNCKES (2004) e JINKINGS (2002, p. 259-365).

²⁴ Em países como o Chile a relação crédito/PIB alcança quase 70%, e supera os 100% na Coréia do Sul e Malásia alcançando aproximadamente 150% nos Estados Unidos.

4.3. Bancos estrangeiros e as operações de crédito

A crescente presença dos bancos com controle estrangeiro se refletiu na participação dessas instituições nas operações de crédito, que passou de 6,6 % em 1993 para 20,3% em 2000. Este espaço é ocupado especialmente em detrimento dos bancos públicos, que viram sua participação reduzida de 61,8% para 46,6% no mesmo período, enquanto os bancos privados nacionais mantiveram um pequeno crescimento em sua participação, passando de 31,5% para 33,1% em 2000 (em 1994 e 1997 esta participação foi superior a 35%) (ANDIMA, 2001).²⁵ A consolidação da participação estrangeira ocorreu com a privatização do Banespa no ano de 2000.²⁶ Em 1995, apenas três bancos estrangeiros figuravam entre os vinte maiores por operações de crédito, incluindo os estatais; em 2000, já eram nove.²⁷ Na lista dos vinte maiores em 1995, dez eram privados nacionais, reduzidos a cinco em 2000.²⁸ Segundo análises recentes, a maior presença de bancos estrangeiros não alcançou os benefícios esperados em termos de inovações tecnológicas, diminuição das taxas de juros e expansão do crédito (ANDIMA, 2001, p. 63; CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002).

4.4. Operações de crédito: posição relativa no total dos ativos financeiros

No último decênio do século XX, o volume das operações de crédito no Brasil se caracterizou também por uma baixa participação relativa sobre o ativo total do sistema financeiro: se manteve em torno de 24% entre 1997 e 1999, passando para 28% entre 2000 e 2001.²⁹ Considerando a carteira de crédito total sobre os ativos totais, estes percentuais estiveram em torno de 40% entre 1997 e 1999 e 45% entre 2000 e 2001 (JACOB, 2003, p.

²⁵ Foram considerados os bancos múltiplos e comerciais; os privados nacionais incluem aqueles com participação estrangeira; os públicos incluem as caixas econômicas e o Banco do Brasil e excluem o BNDES. Ver também CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002, p. 42.

²⁶ Esta privatização elevou a participação dos bancos estrangeiros no total dos ativos, passando de 21% em 1998 para mais de 27% em 2000 (ANDIMA, 2001, p. 63).

²⁷ Em 1995: bancos Sudameris, Citibank e BBA-Creditanstalt. Em 2000, além dos três anteriores, os seguintes bancos: Santander/Banespa, ABN Amro, HSBC, BankBoston, Fiat, Bilbao Vizcaya (Fonte: para o ano de 1995, Relatório do Sistema Financeiro do BCB, apud CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002, p. 45; para 2000, BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2005b).

²⁸ Bancos: Bradesco, Itaú, Unibanco (classificado pelo Banco Central como banco associado ao capital estrangeiro), Safra e Mercantil-FINASA.

²⁹ A amostra incluiu 70 bancos (30 privados nacionais, 29 estrangeiros e 11 públicos – conforme a propriedade do capital em dezembro de 2001) que atuavam no mercado brasileiro entre 1997 e 2001 e sua representatividade supera 95% dos ativos totais do SFN em dezembro de 2001, desconsiderando o BNDES e

71, tabela 19).³⁰ Pesquisa realizada por Ferreira (2005), mostra um crescimento, durante toda a década de 90, da aplicação dos ativos financeiros, administrados pelos bancos, em títulos públicos federais.

4.5. Operações de crédito com recursos livres e direcionados

Como esclarecimento preliminar, devemos ter presente que as operações de crédito são classificadas em recursos direcionados e recursos livres.³¹ O volume de recursos livres, que representava 28% do total em 1996, passou para 48% em 2000 e para 53% em 2002. Na composição desses recursos, a participação das empresas (pessoas jurídicas), embora maior, apresentou uma tendência decrescente no mesmo período em favor dos recursos para as pessoas físicas que, em 1996, representavam apenas 15% evoluindo para 31% em 2000 e 35% em 2002. (Fonte Banco Central do Brasil, apud: JACOB, 2003, p. 48-49).

O crescimento dos empréstimos às pessoas físicas está relacionado, basicamente, a duas modalidades de financiamento: aquisição de bens e crédito pessoal. A política de empréstimos a pessoas físicas em grande escala foi incluída na estratégia dos bancos após a estabilização monetária, como uma das alternativas para recuperar as margens de lucro, considerando-se as elevadas taxas de juros e os respectivos *spreads* dessas operações (JACOB, 2003, p.49,50).³² Para análise do período recente, devemos incluir a expansão do crédito consignado, conforme política adotada pelo governo Lula (Ver especialmente CINTRA, 2006).

Em relação aos prazos, em termos comparativos com as instituições públicas, os bancos privados apresentam maior propensão para o crédito de curto prazo. Considerando a carteira total, a participação deste tipo de crédito representava 49% para os bancos públicos e 71% para as instituições privadas (JACOB, 2003, p. 72).

a CEF. A base de dados são os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados dos bancos ou de seus conglomerados financeiros em dezembro de cada ano (JACOB, 2003, p. 70).

³⁰ Nas operações de crédito estão incluídos os empréstimos e títulos descontados, financiamentos rurais e agroindustriais, financiamento imobiliários, financiamentos de títulos e valores mobiliários, financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento, entre outras. A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos, basicamente, formado por operações de câmbio e negociação com títulos e valores mobiliários, créditos específicos, entre outros. (JACOB, 2003, p. 71, observações tabela 19)

³¹ Recursos direcionados: crédito com taxas estabelecidas em programas ou repasses governamentais, geralmente destinadas aos setores rural, habitacional e infra-estrutura. Recursos livres: operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas (exclui operações lastreadas em depósitos compulsórios ou governamentais) (JACOB, 2003, p. 48).

4.6. Indicações interpretativas presentes na literatura

Entre os fatores explicativos para as características do crédito bancário (especialmente seu baixo volume e predomínio de prazos curtos) a literatura tem apontado a taxa de juros, os *spreads* bancários e os problemas relacionados com as garantias oferecidas aos credores. Além disso, segundo alguns autores “existe um perfil de atuação das políticas de crédito – mesmo aquelas não formalizadas nos procedimentos internos das instituições – em que se nota uma pré-disposição à realização de operações de curto prazo a um custo elevado para o devedor e, também, condicionadas à concessão de garantias, notadamente os recebíveis.” Nesta interpretação, o “núcleo da questão” é “a existência de uma inclinação dos bancos privados para conjugar liquidez, rentabilidade e garantias nas operações de crédito” (JACOB, 2003, p.ix, e 67).

Segundo outras interpretações, o baixo estoque de crédito no Brasil estaria relacionado também a uma possível falta de demanda por recursos, na medida em que as taxas de juros internas são elevadas e o mercado financeiro doméstico apresenta uma alta volatilidade. Haveria assim uma aversão à busca de recursos de terceiros. Porém, algumas evidências sinalizam em outra direção, apontando para a existência de uma demanda por recursos de terceiros para investimentos. Entre os indicadores desta demanda estariam as emissões de títulos da dívida privada (especialmente debêntures e notas promissórias) que evoluiu de um patamar próximo a R\$ 7 bilhões em 1995 para mais de R\$ 22 bilhões em 1998, ficando em R\$ 18,5 bilhões em 2002, e o estoque da dívida externa privada brasileira, que evoluiu de US\$ 71,801 bilhões em 1995 para US\$ 124,460 bilhões em 2000 (JACOB, 2003, p. 114-116).

Para alguns autores, um dos motivos pelo qual o volume de recursos internos não atende as necessidades de financiamento, especialmente de longo prazo, é o fato de que “mais da metade da população brasileira não tem sobra de renda líquida para aplicar no mercado financeiro”, vinculando a questão à específica e perversa concentração de renda do capitalismo brasileiro, a pior entre os países industrializados (COSTA, DEOS, 2002, p. 14-15).

Segundo outras análises, a questão não pode ser dissociada da concentração do sistema financeiro, sinalizando-se para uma estrutura não competitiva do sistema bancário

³² “A taxa de juros do crédito pessoal atingiu o pico de 133% ao ano em fevereiro de 1998 e o piso de 68 %

brasileiro como um fator explicativo para o baixo volume e o alto custo do crédito no país, conforme foi apontado anteriormente (PETTERINI, JORGEN NETO, 2003; BELAISCH, 2003).

Ao mesmo tempo, consta-se que grande parte das empresas pequenas e médias não tem acesso ao financiamento bancário e não têm condições de acessar outras fontes, como emissão de títulos. “Esta situação estabelece uma situação de ampliação do poder de oligopólio e oligopsônio dos grandes grupos industriais, pois ultrapassa as fronteiras das relações mercantis para as relações financeiras” (JACOB, 2003, p. 118). Outro aspecto a ser considerado na análise é o crédito negociado diretamente entre clientes e fornecedores, normalmente de curto prazo e envolvendo empresas médias e pequenas. Segundo dados levantados pela SERASA, o volume de crédito “invisível” supera o volume de crédito bancário, desconsiderando os créditos para habitação e para o setor rural (JACOB, 2003, p. 117).³³

4.7. Características e tendências gerais do crédito: observações conclusivas

A análise dos dados sobre a distribuição do crédito nos diversos segmentos da economia entre 1988 e 2002, permite as seguintes observações: verificou-se uma diminuição dos empréstimos para o setor habitacional (26% para 6%); mas a redução mais drástica ocorreu para o setor público (três esferas): de 29,3% em 1988 para 2,8% em 2002; para o comércio, ocorreu um crescimento entre 1988 e 1994, passando de 5% para 11%, mantendo praticamente este nível no restante do período (até 2002); tendência de crescimento na participação relativa também se observa com os empréstimos para “outros serviços”, que giravam em torno de 8% no final dos anos 80 e passou para 18% em 2001 e 2002; a participação da indústria apresentou um crescimento lento mas praticamente constante ao longo do período, passando de 20% para 31% em 2002 (com exceção significativa em 1989, quando sua participação foi de 16%) (JACOB, 2003, p. 23- 28).

Em termos gerais, os elementos descritivos e analíticos apresentados permitem caracterizar o sistema financeiro em geral e a situação do crédito em particular. Na última década do século XX algumas tendências são marcantes: a) uma acentuada concentração dos ativos bancários em alguns poucos bancos estatais e privados, o que têm caracterizado, segundo

em abril de 2000, entre o período de 1997 a 2002” (JACOB, 2003, p. 50).

vários autores, uma situação de oligopólio dentro do sistema; b) o forte decréscimo da participação estatal, especialmente como resultado do processo de eliminação e privatização de bancos estaduais; c) um considerável incremento da participação estrangeira dentro do sistema financeiro brasileiro, tanto pelo número de bancos como pelo volume de ativos que passaram a controlar; d) um baixo volume das operações de crédito, tanto em relação ao PIB quanto ao volume total de ativos operado pelo sistema; e) uma nítida preferência pelas operações de curto prazo; d) um crescente envolvimento das instituições financeiras (privadas e públicas) com operações de títulos e valores mobiliários, onde os títulos da dívida pública ganham destaque e garantem níveis de rentabilidade e liquidez; f) crescente participação das operações de crédito voltadas para as pessoas físicas, onde as instituições operam com as mais elevadas taxas de juros; g) crescimento e predomínio das operações de crédito com recursos livres ao final da década; i) permanência de altas taxas de juros reais, mantendo o país nas primeiras posições do *ranking* neste aspecto, e que tem significado uma enorme transferência de recursos para o sistema financeiro e para os setores empresariais e segmentos sociais específicos que se beneficiam deste processo, especialmente ancorados nos títulos da dívida pública interna.

5. Crédito e algo mais: um perfil dos maiores credores privados.

Apresentaremos a seguir um conjunto de indicadores que situam as maiores instituições financeiras privadas em um contexto mais amplo de relações econômicas e especialmente sociopolíticas. Foram selecionados os dez maiores bancos privados, segundo o volume das operações de crédito realizadas no ano 2000, conforme dados do Banco Central do Brasil (2005b): Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, ABN Amro, Citibank, HSBC, Safra, BankBoston e Sudameris.³⁴

Seguindo o enfoque deste trabalho, procura-se verificar em que medida os bancos constituem ou integram grupos econômicos ou grupos financeiros, e se transformam em *locus* de poder econômico e também político, como indica a literatura mencionada no início deste trabalho. Nosso argumento sugere que este quadro mais amplo permite uma melhor avaliação das instituições financeiras e seu poder na atual fase do capitalismo no país. Reconhecendo as dificuldades empíricas de uma análise deste tipo e as questões

³³ Pesquisa realizada com balanços de 80 mil empresas. A evolução do financiamento entre empresas no Brasil (crédito mercantil) apresentou o seguinte volume (em R\$ bilhões): em 1999, R\$ 150; em 2000, R\$ 184 e em 2001, R\$ 230 (Fonte: Serasa, apud Jacob 2003, p. 118)

conceituais já sinalizadas, identificaremos grupos financeiros, entendidos aqui, de forma mais genérica, como um conjunto de empresas interligadas entre si e vinculadas a um comando único, e que inclui a participação de uma ou mais instituições financeiras.

Nesta perspectiva de análise, e tomando como referência o ano de 2000 procuramos traçar um perfil dos maiores bancos privados do país a partir das seguintes características e indicadores: 1) constituição de grupo econômico ou financeiro, caracterizado pelo controle não apenas do banco e outras instituições financeiras - o que configuraria um conglomerado financeiro - mas empresas que atuam no setor não-financeiro; 2) participação acionária em empresas de outros setores, que não são controladas pelo grupo; 3) controle sobre a dívida pública interna, tomando como indicador o volume de ativos em títulos e valores mobiliários; 4) participação no processo de privatização dos bancos estaduais; 5) envolvimento com a representação de classe do setor financeiro: o indicador utilizado é a presença dos bancos na diretoria das associações de classe no Brasil e na América Latina; 6) ocupação de cargos estratégicos de decisão no aparato estatal, cujo indicador será o trânsito entre instituições financeiras privadas e a direção do Banco Central do Brasil especialmente a partir de meados dos anos 1990; 7) atuação no processo político, através do financiamento das campanhas eleitorais; 8) financiamento ou participação em organizações político-ideológicas, como os Institutos Liberais.

Além desses, consideramos relevante outros indicadores que, por razões de delimitação do trabalho, não serão incluídos na análise: a) a situação dos bancos selecionados enquanto credores externos do governo e das empresas privadas estabelecidas no país, através de operações realizadas no exterior; e b) os vínculos com os meios de comunicação e atuação na esfera cultural, especialmente através de fundações específicas. O levantamento de dados não alcançou a mesma extensão para todos os indicadores de forma que algumas observações terão ainda um caráter apenas indicativo. Os resultados alcançados serão comentados a seguir e estão sintetizados no Quadro 1 (anexo).

5.1. Os grupos econômicos e outras participações acionárias

Um estudo sobre a origem do capital bancário no Brasil constatou que os grandes bancos brasileiros “faziam parte de grupos que contavam com dezenas de empresas, não só da área financeira, mas também de outros ramos de atividade.” Segundo este estudo, “tais

34 A classificação por ativos totais aponta os mesmos bancos variando apenas o posicionamento no ranking.

empresas – não eram propriedades diretas dos bancos, mas tinham ou o controle acionário detido por famílias de banqueiros, ou participações ou relações de interesse com os bancos” (COSTA, 2002, p. 21).

Os quatro bancos privados nacionais, incluídos entre as dez maiores instituições financeiras credoras privadas, estão integrados a grupos econômicos que controlam e/ou participam do capital acionário de empresas não-financeiras em diversos ramos, com destaque especial para o Bradesco e o Itaú. Três estavam entre os vinte maiores grupos privados do país em 2000 (Bradesco, Itaú e Unibanco) e um deles (Safrá) era o 48º no *ranking* (GAZETA MERCANTIL, 2002).³⁵

Em 2000, o Bradesco criou a Bradespar, que passou a abrigar as empresas controladas fora do setor financeiro. E manteve importantes participações acionárias em outras empresas, como a Usiminas, Petrobrás, Perdigão e Gerdau (VALOR, 23 de maio de 2005, p. c1) Segundo Costa (2002, p. 21) o Bradesco investe parcelas ponderáveis das reservas técnicas da seguradora e da previdência privada em participações minoritárias em empresas, especialmente industriais, buscando condições que lhe garantam ocupar um assento no conselho de administração. Isto lhe garantia a participação em 41 companhias não-financeiras, no valor de cerca de US1,5 bilhão.³⁶

No período em análise, a holding Itausa (grupo Itaú) controlava empresas em ramos como madeira, móveis, papel, informática, química e petroquímica e algumas dessas companhias estão entre as maiores de seus respectivos ramos.³⁷ O Banco Safrá está dentro de uma rede internacional de empresas controladas ou com participação da família Safrá e compreende atividades bancárias, de telecomunicações, de produção de papel e celulose e pecuária.

O Unibanco é controlado pela Unibanco Holding que por sua vez é controlado pela família Moreira Salles através da E.Johnston Representação e Participação e conta com uma diversificada participação de capital estrangeiro. Este grupo está constituído por uma intrincada rede de empresas controladas e coligadas no país e no exterior, especialmente no setor financeiro. Uma análise mais detalhada das participações no setor não-financeiro

³⁵ Esta publicação classifica os grupos por patrimônio líquido.

³⁶ A legislação brasileira não permite empréstimos para companhias onde o banco detém mais de 10% do capital. Haveria assim, uma vantagem na estratégia de participação abaixo deste valor pois permitiria manter a empresa como cliente do banco (COSTA, 2002, p. 21).

³⁷ Constituem alguns exemplos: Duratex, Itautec Philco e Elekeiroz.

deveria rastrear as empresas de participação especialmente a E. Johnston, controlada pela família Moreira Salles.³⁸

Podemos concluir que, pelo menos no caso de três bancos (Bradesco, Itaú e Safra) existe de forma direta ou indireta, com intensidade diversa, uma diversificada rede de interesses acionários que implicam controle e participação em empresas não-financeiras.

Os seis bancos estrangeiros estão entre os maiores grupos financeiros do mundo, atuando em vários países, com ramificações de controle ou participação acionária em empresas de diversos ramos. Talvez o exemplo mais ilustrativo seja o *Citibank*, controlado pelo *Citigroup*. Com exceção do Sudameris, todos estão entre os cem maiores grupos no Brasil, conforme o mencionado *ranking* da Gazeta Mercantil.

5.2. Controle sobre a dívida pública

O montante de ativos que os bancos direcionam para o mercado de títulos públicos, tem como indicador o volume de ativos em títulos e valores mobiliários, compostos majoritariamente por títulos públicos federais. Os 10 bancos privados selecionados nesta pesquisa controlavam em 2000, 44,7% do total de títulos e valores mobiliários do sistema bancário. Isso indica que a dívida pública está concentrada nas carteiras dos grandes bancos (públicos e privados) e se tornou uma importante fonte de lucro dessas instituições. Além disso, constitui um fator favorável aos bancos para o constrangimento das decisões estratégicas de política econômica (MINELLA, 2003; FERREIRA, 2005).

5.3. Privatização e os grandes bancos privados

O processo de privatização dos bancos estaduais favoreceu particularmente dois grandes bancos privados nacionais e dois bancos estrangeiros. Como já foi detalhado anteriormente, para o controle do Bradesco passaram cinco bancos, dois dos quais até

³⁸ O Unibanco está inserido numa cadeia de participações (as informações estão referidas ao começo de 2002): a família Moreira Salles (Fernando, João, Pedro e Walter Jr.) controla em partes iguais a E. Johnston Participações Ltda, que controla 85,52% da E. Johnston Repres. e Part. SA, que controla 66,72% da Unibanco Holding AS, que conta com participação do capital estrangeiro (Caixa Brasil SGPS, de Portugal, com 10%, Commerzbank Aktiengesellschaft, da Alemanha com 8,98% e The Dai-ichi Kangyo Bank, do Japão, com 6,16% - totalizando 25,14%). É esta Holding que controla o Unibanco (96,59%) (UNIBANCO, 2002, p. 105).

2000. O Itaú ficou com outros quatro, três até 2000. O Banco do Estado de Pernambuco passou para o ABN Amro em 1998 enquanto o Banespa (Banco do Estado de São Paulo), considerado a “jóia da coroa” dos bancos a serem privatizados, acabou o ano de 2000 sob controle do espanhol Santander. Pode-se perceber assim, que a política de privatização desencadeada a partir de meados dos anos 1990 contribuiu para fortalecer quatro dos bancos que aparecem entre os dez maiores.

5.4. Organização de Classe

Uma característica marcante dos dez maiores bancos é sua intensa participação na estrutura de representação de classe do sistema financeiro no Brasil e, no caso dos bancos estrangeiros, também em outros países da América Latina. Nossos dados tomam como referência o ano de 2000.

Como podemos observar (QUADRO 1), oito bancos participam da diretoria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), sendo quatro estrangeiros, o que é indicativo de que estas instituições não apenas incrementaram sua participação no sistema como definiram uma política de participação ativa nas entidades de classe do país.³⁹ Na realidade, os seis bancos desta categoria participam da diretoria de pelo menos uma associação e alguns deles em mais de uma simultaneamente, como é o caso do Citibank (cinco), HSBC (três), BankBoston, Sudameris e ABBN Amro (cada um participando em duas associações).

No caso dos bancos estrangeiros, o que é mais significativo constatar é a participação nas entidades de representação de classe em vários países da América Latina. Em 2000, o Santander e o Citibank estavam presentes em seis países, o ABN Amro ocupa cargo de direção em entidades de classe em cinco países, o Sudameris em quatro e o HSBC e BankBoston em três.

A participação de forma simultânea de uma mesma empresa ou grupo econômico – neste caso instituição financeira ou grupo financeiro – em várias associações de classe, inclusive em diferentes países, cria conexões entre as associações, identificadas como redes transassociativas (MINELLA, 2003, p. 261). O significado dessa rede pode ser

³⁹ Para um estudo específico sobre a Febraban ver Miranda, 2004.

interpretado de várias formas: a) indica e reforça assimetrias de poder corporativo no sistema financeiro internacional; b) expande a possibilidade de posicionamentos e atuações coordenadas na América Latina; c) cria um canal privilegiado de fluxo de informação para os grandes bancos. Além disso, através das associações de classe local, os bancos estrangeiros internalizam e ganham representatividade frente às negociações com o governo e outros segmentos empresariais (MINELLA, 2003, 2005).

5.5. O Banco Central e os bancos privados.

As relações entre o setor financeiro e o Banco Central do Brasil têm suscitado várias análises na literatura. Uma das dimensões da questão é a presença de membros da direção do banco (presidente e diretores) provenientes diretamente das instituições financeiras privadas e o movimento inverso, quando membros da direção, ao deixar o Banco Central, passam para os bancos privados ou constituem suas próprias empresas financeiras (NEIVA, 1995; FERREIRA, 2005, p. 96-100; CARVALHO, 2005). É emblemática a indicação de alguns nomes para a presidência do Banco Central. Em 1985, Sarney escolheu um banqueiro, então no comando da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC - hoje denominada Associação Brasileira de Bancos). Um dos presidentes do Banco Central durante do governo Cardoso proveio do universo financeiro internacional, característica que se mantém durante o governo Lula. Análises sobre a origem profissional de diretores do Banco Central ao longo dos anos 1990 constataram que um número significativo de diretores possuíam carreiras em instituições privadas e mistas com carreiras burocráticas e acadêmicas (OLIVIERI, 2001; NOVELLI 2001; MORAIS, 2005).⁴⁰

Em relação aos dez maiores bancos privados podemos constatar que dois deles se destacam neste transito privado-público, considerando a última década do século XX e início do século XXI. Circularam pelo grupo Itaú pelo menos seis membros da diretoria do Banco Central e seis pelo Unibanco. Ao BankBoston esteve vinculado o presidente do Banco Central a partir de 2003.⁴¹

⁴⁰ Durante o governo Collor, 50% dos diretores (cinco) possuíam esta característica; com Itamar e Cardoso correspondiam a 38% (cinco membros e três membros respectivamente). Durante o Governo Cardoso o número de diretores foi reduzido de 13 para 8 (MORAIS, 2005, p. 246).

⁴¹ Segundo dados preliminares, passaram para o grupo Itaú: Pérsio Arida, presidente do BC entre 11/01/95 e 13/06/95; Gustavo Loyola, presidente do BC de 13/11/92 a 29/03/93 e 13/06/95 a 20/08/97; Fernão Bracher, presidente do BC entre 28/08/85 e 11/02/87; Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização de 30/03/00 a 14/03/03;

Em junho de 1996 constituiu-se o Comitê de Política Monetária (Copom), com a função de definir as diretrizes da política monetária e a taxa de juros. Integrado pelo presidente e alguns diretores do Banco Central (total de oito membros), o Copom ganhou maior importância a partir de junho de 1999, com a adoção governamental da sistemática de “metas para a inflação”. As decisões do Comitê afetam o sistema financeiro, a economia em geral e particularmente a dívida pública, na medida em que está em grande parte indexada à taxa de juros Selic, definida pelo Comitê.

5.6. Os dez maiores e o processo político: o financiamento das campanhas eleitorais.

As instituições financeiras têm se destacado no financiamento das campanhas eleitorais especialmente para o executivo federal. Como é do conhecimento, os recursos formalmente declarados pelos partidos não representam necessariamente o gasto total da campanha mas permitem identificar pelo menos parcialmente a origem do financiamento. Bancos e empresas dos grupos financeiros estão entre os financiadores das campanhas para o Congresso e para a Presidência da República em 1994, 1998 e 2002.⁴² Na lista dos dez maiores bancos, pelo menos cinco abriram seus cofres para o financiamento eleitoral: Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander e ABN Amro.

5.7. Bancos e organizações político-ideológicas

Além da estrutura sindical, associativa e partidária, os empresários ou a burguesia financeira também articulam seus interesses através de um conjunto de organizações, de natureza diversa. Tomamos como exemplo os Institutos Liberais, constituídos no Brasil como entidades civis, por um grupo de grandes empresários no início dos anos 80,

Sérgio Werlang, diretor na gestão de Armínio Fraga; Sérgio de Freitas, diretor março/abril de 1985. Vínculos anteriores ou posteriores com o Unibanco: Pedro Malan, presidente do BC de 09/09/93 a 31/12/94; Armínio Fraga Neto, presidente do BC de 04/03/99 a 01/01/03 (também Conselheiro internacional do JP Morgan Chase); Daniel Gleizer, diretor de 04/03/99 a 21/01/02; Francisco Gros, presidente do BC final do Governo Collor; Armin Lore, diretor período 1988-90; Demóstenes Pinho Neto. Vínculos anteriores com o BankBoston: Henrique Meirelles, presidente do BC a partir de 2003 (FERREIRA, 2005, p. 99; OLIVIERI, 2001).

⁴² Os dados oficiais da contabilidade da campanha do candidato presidencial vitorioso, entregues ao Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1994, indicam que o segmento financeiro doou R\$ 7 milhões e 700 mil reais, ou seja, o equivalente a 23% do total declarado. Os recursos foram mais abundantes na campanha de 1998, quando os bancos teriam doado R\$ 11,504 milhões ao candidato reeleito, equivalente a 26,73% da soma dos fundos levantados (RIBEIRO, 1999, p. 1-13).

centrados na difusão da doutrina neoliberal, especialmente como fundamento de políticas públicas (GROS, 2003b, p. 275). Mantidos por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros que operam no país, os Institutos estão inseridos em uma rede mundial que inclui “intelectuais, acadêmicos, políticos, institutos de pesquisa, publicações liberais e da mídia, em especial nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha” (GROS, 2003b, p. 275-276). Vinculados a uma rede internacional de *think tanks*, os institutos desenvolveram uma série de ações durante os anos 90 (Cf. especialmente GROS 2003b, e 2003a para os anos 80). No Brasil, cinco dos dez bancos de nossa lista, estavam vinculados de alguma forma aos Institutos Liberais.

6. Observações finais

As variáveis consideradas e os dados levantados permitem observar que, em seu conjunto, os dez maiores bancos privados representam muito mais que intermediários financeiros, que controlam parte significativa do volume de crédito (caro e reduzido, em parâmetros comparativos com outros países capitalistas) e um volume expressivo dos títulos e valores mobiliários, onde estão situados os títulos governamentais, portanto a dívida pública interna.

No limite das informações coletadas, pelo menos seis deles estendem seus interesses em uma variada gama de empresas não-financeiras. O exame desta intrincada rede de controle e participações acionárias se coloca como uma necessidade e um grande desafio para o entendimento da dinâmica econômica e política do país.

Todos os maiores bancos estão envolvidos na direção dos órgãos de representação de classe do setor financeiro, oito deles na própria Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). É expressiva a participação dos bancos ou grupos financeiros internacionais na direção das entidades de classe, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos. Entre outros aspectos, a atuação simultânea em várias associações, cria um enorme potencial para trocas de informações e ações coordenadas.

Praticamente para a metade dos casos examinados, o envolvimento com o processo político e as políticas estatais, se manifesta na privatização dos bancos estatais, no financiamento das campanhas eleitorais e na atuação em órgãos político-ideológicos que

articulam políticas públicas e ações políticas de orientação neoliberal. Em menor número, mas não menos importante, pelo menos dois grupos apresentam um significativo trânsito com o comando estratégico do Banco Central.

Mesmo que nem todas as variáveis que consideramos relevantes tenham sido examinadas, e outras o foram de forma parcial, a consideração do conjunto dos indicadores permite avaliar melhor a questão do poder das instituições financeiras como locus de acumulação e também de poder político.

Referências Bibliográficas

- ALCORTA, L. 1992. **El Nuevo capital financiero: grupos financieros y ganancias sistémicas en el Perú**. Lima: Fundación Friedrich Ebert.
- ANDIMA. 2001. **O novo perfil do sistema financeiro**. Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto. Rio de Janeiro: Andima, 2001. 104 p. (*Relatório Econômico*)
- AZPIAZU, D.; BASUALDO, E.; KHAVISSE, M.. 1989. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80**. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Legasa.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 1999. **Boletim do Banco Central do Brasil**, v. 35. Relatório Anual.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2003. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v. 39. Relatório Anual.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2005a) **Programa estimula a reestruturação de bancos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 20 abr.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2005b). Informações Cadastrais e Contábeis. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/porT/Top502000121P.asp>. Acesso em: 25 de maio de 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2000. **Boletim do Banco Central do Brasil**, v. 36. Relatório Anual.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2001a. **Boletim do Banco Central do Brasil**, v. 37. Relatório Anual.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2001b). **Sistema Financeiro Nacional - 1989 a 2000**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/deorf/e88-2000>>. Acesso em: 02 ago.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2002). **Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Bancos Brasileiros de Dez/1998 a Dez/2000. Alterações societárias ocorridas com Bancos no SFN – 1990/2000**. Disponível em: www4.bcb.gov.br/deorf/e88-2000/anex1.htm. Acesso em: 22/05/2002).
- BARBACHAN, J.S.F. e FONSECA, M. M. da. 2004. Concentração bancária brasileira: Uma análise microeconômica. IBMEC, **FinanceLab Working Paper – FLWP** v. 02.

- BASUALDO, E. 2002. **Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del noventa**. Editorial Universidad de Quilmes.
- BELAISCH, A. 2003. **Do Brazilian banks compete?** Washington (DC): International Monetary Fund. (IMF Working Paper 03/113).
- BIANCARELI, A.M. 2003. **Liberalização financeira, fluxos de capital, financiamento externo: três momentos de um debate no Brasil (1989-2002)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Unicamp, Campinas.
- BOSCHI, R.R. e DINIZ, E. 2003. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.52, p. 15-33.
- BÚRIGO, F. L. 2003. Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? In: PAULILO, Maria I. S. e SCHMIDT, Wilson (Orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, p.237-264.
- BÚRIGO, F.L. 2005. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2005**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CARVALHO, C.E. 2005. Ocultamento e mistificação nas relações do Banco Central com os bancos: notas sobre a experiência brasileira. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 1, n.6, p. 195-220.
- CARVALHO, C.E.; STUDART, R.; ALVES JR., A.J. 2002. Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente. **Textos para Discussão** n. 882, p. 1-75. IPEA, Brasília, maio.
- CINTRA, M. A. M. (2006). A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. Unicamp, **Política Econômica em Foco**, Boletim n.7, nov./abr.2006, p. 292-318. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim_cecon7.asp. Acesso: 30 de maio de 2006.
- CINTRA, M. A. M.; CASTRO, E.M. M. de. 2001. A tendência à dolarização dos países latino-americanos. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 60, p. 27-42, jul.
- COMIN, A.; OLIVEIRA, F. de; SARAIVA, F.; LINO, H. 1994. Crise e concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 39, p. 149-171, julho.
- COSTA, F. N. da. 2002. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, n. 106, março.
- COSTA, F.N. da e DEOS, S. S. de. 2002. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, N. 109, abr.
- DIEESE, Subseção SEEB-Florianópolis e Região. 1999. A reestruturação do SFBESC no contexto do Proes e da renegociação da dívida pública estadual. In: DIEESE, Linha Bancários. **Texto para Discussão**. Florianópolis, mar.
- DINIZ, E. 2002. Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil. In: KIRSCHNER, Ana M.; GOMES, Eduardo R.; CAPELLIN, Paola. (Org.) **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : FAPERJ, , p. 55-81.
- DRUCK, G. et. al. 2002. Bancário: um emprego de múltiplos riscos. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 37, p. 217-233, jul.-dez.

- FERREIRA, A. C. 2005. **Os donos da dívida**. Um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC. Florianópolis. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERREIRA, A. C.; ALVIM, V. (Orgs) 2001. **A trama da privatização**: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular.
- FREITAS, M. C. P. de. 1997. A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, v. 8, p. 51-83. Campinas: Unicamp, jun.
- FREITAS, M. C. P. de (Org.). 1999. **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: Ipea.
- FREITAS, M. C. P. de; PRATES, D. M. 2001. A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. **Economia e Sociedade**, n. 17, p. 81-111. Campinas: Unicamp, dez.
- GAZETA MERCANTIL. 2002. **Balanco Anual**, a. xxvi, n. 26, junho.
- GARMAN, C.; LEITE, C.K.da S.; MARQUES, M.da S. 2001. Impactos das relações Banco Central x Bancos estaduais no arranjo federativo pós-1994: Análise à luz do caso Banespa. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 1, janeiro-março.
- GOVERNO FEDERAL. 1999. Memorando de Política Econômica, 05 de junho de 1999, Terceira Avaliação do Acordo com o FMI. **Folha de S. Paulo**, 6 jul.1999, p. 2-5.
- GONÇALVES, R. 1991. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.4, p. 491-518, out-dez.
- GOVERNO FEDERAL. 1998. Memorando de Política Econômica. **Gazeta Mercantil**, 16 nov.1998, p.4-5. (Documento firmado com o FMI em 13 de novembro de 1998).
- GRANOVETTER, M. 1994. Business Groups. In: SMELSER, N. J.; e Swedberg, R. (eds) **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, N.J., Princeton University Press, p. 453-475.
- GRISCI, C. L. I. 2002. Tempos modernos, tempos mutantes: Produção de subjetividade na reestruturação do trabalho bancário. **SOCIUS Working Papers**, Lisboa, n. 3, p. 1-19. Universidade Técnica de Lisboa.
- GROS, D. B. 2003 a. **Institutos Liberais e o neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. (Teses FEE, n.6).
- GROS, D. B. 2003b. Organização empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n.2, p. 273-300, jul.-dez.
- GRÜN, R. 2004. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n.1, p.5-47.
- JACOB, C. A. 2003. **Crédito bancário no Brasil: Uma interpretação heterodoxa**. Campinas. 160 f. Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, Instituto de Economia.
- JINKINGS, N. 2002. **Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro**. Campinas : Editora da Unicamp.
- JUNCKES, I. J. 2004. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil**. Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política) –

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E. R.; CAPELLIN, P. (Org.). 2002. **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : FAPERJ.

LARANGEIRA, S.; FERREIRA, V. 2000. Excluídos e beneficiários dos processos de reestruturação: estudo comparativo da regulação do emprego no sector bancário em Portugal e no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 57/58, p. 53- 85, jun.-nov.

MICK, J. 2004. **O caráter social do crédito – microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo: a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002)**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MINELLA, A. C.; FERREIRA, A. C. 2006. **Bancos no Brasil: muito mais que operações de crédito (poucas) no final do Século XX**. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Seminário Interno, abril. (Versão modificada de trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 7ª. Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE, Conservatória, RJ, de 4 a 7 de setembro de 2005).

MINELLA, A.C. 2003. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 245-272, jul.-dez.

MINELLA, A.C. 2005. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. In: MENDONÇA, S.R. de. (Org) **O Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, p.159-178.

MIRANDA, E. 2004. **Federação Brasileira de Bancos: Uma análise sociopolítica do período 1994-2001**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

MORAIS, L. 2005. A evolução institucional do Banco Central e as mudanças da política monetária no Brasil no período 1964-1998. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v.1, n.6, p. 221-253.

NEIVA, P. 1995. **Estrutura de poder e processo decisório na regulamentação do sistema financeiro nacional: uma proposta de análise sob a perspectiva da não-decisão**. Brasília. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

NOVELLI, J. M. N. 2001. **Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)**. São Paulo: Annablume-Fapesp.

OLIVIERI, C. 2001. **A política de nomeação do alto escalão do Banco Central do Brasil (1985-2000)**. São Paulo. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP.

ORTIZ, R. 1994. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

PASSOS, D.D. dos. 2001. **A internacionalização do setor bancário no Brasil após o Plano Real: divergências de interesses dos banqueiros com a ação do Estado e mudanças nas negociações com os trabalhadores bancários**. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná.

PAULA, L. F.; MARQUES, M. B. L. (2004) Tendências Recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil. Disponível em:

<http://www.sep.org.br/eventos.asp?evento=s_nove>. Acesso em: 4 nov. 2004. (Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, MG, de 18 a 11 de junho de 2004.

PETTERINI, F.C.; JORGEN NETO, P. de M. 2003. **Competição Bancária no Brasil após o Plano Real**. Anais do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento.

PORTUGAL JR, J.G. (Org.). 1994. **Grupos econômicos: expressão Institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo, FUNDAP/IESP, (Estudos de Economia do Setor Público, 2).

RIBEIRO, A. 1999. Bancos lideram contribuições a FHC. **Folha de São Paulo**, p. 1-13, 6 de jun.

ROCHA, F.A.S. 2001. **Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994-2000)**. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil. Brasília, n. 11, p. 1-42, nov.

RODRIGUES, L. 2004. **Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp.

SALVIANO JR., C. 2004. **Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Brasília: Banco Central do Brasil.

SCHVARZER, J. 1995. Grandes grupos económicos en Argentina. Formas de propiedad y lógicas de expansión. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 57, n. 4, p. 191-210, oct-dic.

STOLOVICH, L. 1993. **El poder económico en el MERCOSUR**. Montevideu: Centro Uruguay Independente.

STOLOVICH, L. 1995. Los grupos económicos de Argentina, Brasil y Uruguay. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 57, n. 4, p. 173-189, oct-dic.

TROSTER, R. L. (2004). *Concentração bancária*. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Serviços/Imprensa/Conc0404.pdf>>. Acessado em: 5 nov. 2004.

UNIBANCO. 2002. Informações Trimestrais, referentes ao trimestre findo em 31 de março.

USEEM, M. 1984. **The inner circle (large corporations and the rise of business political activity in the U.S. and U.K.)**. Oxford, Oxford University Press. (apud PORTUGAL JR., 1994).

VIDOTTO, C.A. 2002. **O sistema financeiro brasileiro nos anos noventa. Um balanço das mudanças estruturais**. Campinas. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, UNICAMP.

Quadro 1 - Dez maiores bancos privados por operações de crédito – perfil econômico e sociopolítico - Síntese dos Dados - ano 2000

Bancos	Operações de Crédito (% sobre total) = 39% (a)	Controle Dívida Pública Interna (% sobre o total TVM) = 44,7% (b)	Grupo Financeiro e/ou empresas não-financeiras	Posição do Grupo no <i>Ranking</i> (c)	Privatização dos Bancos Públicos	Representação de Classe. BRASIL Ano 2000 (num de entidades) (d)	Representação de Classe. OUTROS PAÍSES Ano 2000 (número de Países) (d)	Diretoria do Banco Central (antes ou depois)	Financiamento eleitoral	Organizações Político-Ideológicas: Institutos Liberais (e)
BRADESCO	10,9	9,0	Sim	10	Sim	Sim (1)			Sim	Sim
ITAÚ	6,4	6,5	Sim	9	Sim	Sim (2)	Sim (1)	Sim	Sim	Sim
UNIBANCO	5,3	4,2	Sim	14		Sim (3)		Sim	Sim	Sim
SANTANDER	3,3	11,5	Sim	21	Sim	Sim (1)	Sim (6)		Sim	
ABN AMRO	3,2	2,3		17	Sim	Sim (2)	Sim (4)		Sim	
CITIBANK	2,2	1,2	Sim	39		Sim (5)	Sim ((6)			Sim
HSBC	2,1	2,7		65		Sim (3)	Sim (3)			
SAFRA	2,0	4,0	Sim	48		Sim (1)				
BANKBOSTON	1,9	1,8		55		Sim (2)	Sim (3)	Sim		Sim
SUDAMERIS	1,7	1,5				Sim (2)	Sim (4)			

Fontes principais: (a) e (b) Elaborado a partir de dados do Banco Central do Brasil; (c) Segundo GAZETA MERCANTIL. 2002; (d) MINELLA, 2003; (e) GROS, 2003a;2003b. Apud: MINELLA, A.C.; FERREIRA, A. C.(2006).
(a) Inclui Arrendamento Mercantil.